

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014/2015

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000434/2014
DATA DE REGISTRO NO MTE: 09/07/2014
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR025624/2014
NÚMERO DO PROCESSO: 46206.008580/2014-81
DATA DO PROTOCOLO: 16/06/2014

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DO COMERCIO ATACADISTA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ n. 04.835.601/0001-75, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). ROBERTO GOMIDE CASTANHEIRA;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO ATACADISTA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ n. 05.582.750/0001-32, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO HERNESTO DOS SANTOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de abril de 2014 a 31 de março de 2015 e a data-base da categoria em 01º de abril.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **de todos os funcionários integrantes das empresas representadas pelo SINDIATACADISTA/DF de atacadistas e distribuidoras de drogas, medicamentos, perfumarias, materiais médico-cirúrgico-hospitalar, prótese, artigos de ortopedia, odontológico e cosméticos**, com abrangência territorial em DF.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

Aos funcionários admitidos no comércio atacadista abrangidos por esta Convenção é assegurado, nos 3 (Três) primeiros meses do contrato de trabalho, um **Salário de Ingresso** de R\$743,00 (**Setecentos e quarenta e três reais**). Após esse período, será pago o **Piso Salarial** de R\$886,20 (**Oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos**).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Aos ocupantes dos cargos de **Motoristas e Motoboys** é assegurado 1 (Um) Piso Salarial da categoria.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Aos ocupantes do cargo de **Gerente** é assegurado 1 (Um)

Piso Salarial da categoria acrescido de 35% (Trinta e cinco inteiros por cento), de maneira que a remuneração seja de R\$1.196,37 (Um mil cento e noventa e seis reais e trinta e sete centavos);

PARÁGRAFO TERCEIRO – Aos **Vendedores Comissionistas**, puros ou mistos, será assegurada uma garantia mínima mensal de **1 (Um) Piso Salarial** da categoria acrescida de **25% (Vinte e cinco inteiros por cento)**, quando a soma do salário, das comissões e do repouso semanal remunerado não atingir o valor de **R\$1.107,75 (Um mil cento e sete reais e setenta e cinco centavos)**;

PARÁGRAFO QUARTO – Aos ocupantes dos cargos de **Copeira, Faxineiro e demais trabalhadores em serviço de limpeza** é assegurado **1 (Um) Piso Salarial** da categoria;

PARÁGRAFO QUINTO – Aos ocupantes dos cargos de **Supervisores, Promotores de Vendas, Repositores e Demonstradores** é assegurado **1 (Um) Piso Salarial** da categoria;

PARÁGRAFO SEXTO – Ao funcionário contratado em substituição a outro demitido, sem justa causa, será assegurado o mesmo salário do substituído;

PARÁGRAFO SÉTIMO – Admitido funcionário para a função de outro dispensado, será garantido aquele salário igual ao do funcionário de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais;

PARÁGRAFO OITAVO – Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o funcionário substituto fará jus ao salário contratual do substituído;

PARÁGRAFO NONO – Fica expressamente proibida a contratação de estagiário para substituição de funcionário;

PARÁGRAFO DÉCIMO – As eventuais diferenças entre os antigos e os novos Pisos Salariais, referentes à Folha de Pagamento de Abril/2014, poderão ser lançadas na Folha de Pagamento de Maio/2014, não sendo obrigatória a confecção de Folha de Pagamento Complementar. Entretanto, faz-se necessária a discriminação das verbas salariais no contracheque.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

As empresas representadas pelo Sindicato do Comércio Atacadista do Distrito Federal, **SINDIATACADISTA/DF**, concedem para os funcionários que recebam acima dos Pisos Salariais especificados na CLÁUSULA TERCEIRA, da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Empregados no Comércio Atacadista do Distrito Federal, **SINDECAT/DF**, sobre o salário de 31 de março de 2014, o **Reajuste Salarial de 6,15% (Seis inteiros e quinze centésimos por cento)**.

PARÁGRAFO ÚNICO – As eventuais diferenças entre os antigos e os novos salários, referentes à Folha de Pagamento de Abril/2014, poderão ser lançadas na Folha de

Pagamento de Maio/2014, não sendo obrigatória a confecção de Folha de Pagamento Complementar. Entretanto, faz-se necessária a discriminação das verbas salariais no contracheque.

Remuneração DSR

CLÁUSULA QUINTA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

Os funcionários que recebam salário fixo e verbas variáveis habituais receberão o Repouso Semanal Remunerado, calculado da seguinte forma:

total das verbas variáveis x (número domingos + feriados)

número de dias úteis

Descontos Salariais

CLÁUSULA SEXTA - CHEQUES DEVOLVIDOS

Fica proibido descontar da remuneração dos funcionários os valores de cheques devolvidos por insuficiência de fundos ou irregularidades, exceto nos casos em que não tenham sido obedecidas as normas da empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A empresa informará ao funcionário por escrito e contra recibo as normas para recebimento de cheques;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em caso de não atendimento dessa exigência por parte da empresa, o funcionário não poderá ser responsabilizado pela devolução de cheque.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SÉTIMA - CÁLCULO DE SALÁRIO MATERNIDADE E LICENÇA MÉDICA DO COMISSIONISTA

O salário maternidade da funcionária comissionista e o benefício relativo à licença médica da funcionária e do funcionário comissionista serão calculados tomando-se por base as **3 (Três)** maiores remunerações auferidas nos últimos **12 (Doze)** meses que antecederem o respectivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - CÁLCULO DIVERSOS DO COMISSIONISTA

Os valores das férias, 13º salário, aviso prévio, horas extras e verbas rescisórias do comissionista serão calculados tomando-se por base as **8 (Oito)** maiores remunerações auferidas nos últimos **12 (Doze)** meses que antecederem o respectivo pagamento.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Gratificação de Função

CLÁUSULA NONA - GRATIFICAÇÃO POR QUEBRA DE CAIXA

As empresas que descontarem dos salários de seus funcionários ocupantes do cargo de Operadores de Caixa, eventuais diferenças verificadas, pagarão a estes, exceto nos casos de dolo, a título de “Quebra de Caixa”, um valor mensal equivalente a **15% (Quinze inteiros por cento)** de seu salário.

PARÁGRAFO ÚNICO – A conferência dos valores de caixa será realizada dentro da jornada de trabalho do operador responsável e na presença deste. Impedido pela empresa de acompanhar a conferência dos valores por ele operados, ficará o funcionário isento de responsabilidade por eventuais erros verificados.

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA - CESTA BÁSICA

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/04/2014 a 01/04/2014

Considerando que a sentença judicial em sede de Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público do Trabalho, obrigou a **SUSPENSÃO** da efetividade dessa cláusula e, considerando ainda que dessa decisão foi interposto Recurso Ordinário, a sua validade dependerá do trânsito em julgado da decisão final do Processo nº 001/2013, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, sem efeitos retroativos.

*“No sentido de garantir a qualidade alimentar, durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a EMPRESA estará obrigada a conceder a seus FUNCIONÁRIOS SINDICALIZADOS, independente da remuneração que percebam, a partir do mês de vigência desta, e nos meses subsequentes, durante a vigência da presente Convenção, uma cesta básica de alimentos “in natura” garantida pelo “Título de Relacionamento” na Categoria CESTA DE ALIMENTOS E SIMILARES do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e pelo registro no Ministério do Trabalho no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador). A Cesta de Alimentos deverá conter 14 itens, conforme relação contida no PARÁGRAFO SEGUNDO e, poderá ainda, a critério exclusivo das empresas, ser concedida através de cartão magnético, fixando-se nessa hipótese o valor mínimo de **R\$60,00 (Sessenta reais)**.*

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O benefício tratado nessa Cláusula deverá ser entregue mensalmente, até o dia do pagamento dos salários, não integrando, em hipótese alguma, a remuneração do empregado;

PARÁGRAFO SEGUNDO – As cestas básicas deverão conter, no mínimo, os produtos abaixo relacionados, não podendo fugir dos tipos determinados para garantia da qualidade do benefício:

| N° | Alimentos | Quantidade | Tipo |
|----|----------------------------|------------|---------------|
| 1 | Açúcar Cristal | 5 kg | Tipo 1 |
| 2 | Arroz Agulhinha Longo Fino | 5 kg | Tipo 1 |
| 3 | Biscoito Água e Sal | 400 gr | ***** |
| 4 | Café Torrado e Moído | 500 gr | 1ª linha |
| 5 | Doce Goiabada | 500 gr | 1ª linha |
| 6 | Extrato de Tomate | 350 gr | 1ª linha |
| 7 | Farinha de Mandioca | 1 kg | Tipo 1 |
| 8 | Feijão Cores/Carioca | 2 kg | Tipo 1 |
| 9 | Fubá de Milho | 500 gr | 1ª linha |
| 10 | Macarrão Espaguete | 2 kg | ***** |
| 11 | Tempero Completo | 300 gr | 1ª linha |
| 12 | Óleo de Soja | 2 lt | ***** |
| 13 | Sardinha em Conserva | 260 gr | 1ª linha |
| 14 | Sal Refinado | 1 kg | ***** |

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica assegurada a concessão de cesta básica durante a licença maternidade e no caso de licença doença nos primeiros 30 (Trinta) dias ininterruptos;

PARÁGRAFO QUARTO – A cesta básica referente ao mês de Dezembro poderá ser composta por produtos natalinos, desde que a maioria dos funcionários assim a deseje e deverá ser entregue até 5 (Cinco) dias antes do Natal;

PARÁGRAFO QUINTO – Na vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, o funcionário demitido sem justa causa terá direito a 1 (Uma) cesta básica referente ao período de aviso prévio trabalhado;

PARÁGRAFO SEXTO – Perderá o direito ao recebimento da cesta básica o funcionário que faltar ao trabalho no mês da concessão da mesma.”

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - HORAS EXTRAS

Assegura-se a remuneração das horas extraordinárias com adicional de 50% (Cinquenta inteiros por cento), para as 2 (Duas) primeiras e, de 100% (Cem inteiros por cento) para as subsequentes.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - QUINQUÊNIO

A cada período de 5 (Cinco) anos de efetiva prestação de serviço na mesma empresa, fica garantido ao funcionário um adicional de **5% (Cinco inteiros por cento)** sobre sua remuneração, a título de “Quinquênio”, a ser pago pela empresa durante a vigência da presente norma coletiva.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL NOTURNO

As empresas concederão aos funcionários que exercerem atividades no período de 22h de um dia às 5h do outro um adicional noturno de **20% (Vinte inteiros por cento)**, devendo ser individualizado na folha de pagamento.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALE ALIMENTAÇÃO

As empresas fornecerão **Vale Alimentação** aos seus funcionários no valor individual de **R\$12,70 (Doze reais e setenta centavos)** por dia de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em substituição ao valor mencionado no caput, a empresa poderá optar por conceder alimentação *in natura*, ou ainda terceirizar o fornecimento, a seus funcionários, mediante acordo com SINDECAT/DF e SINDIATACADISTA/DF;

PARÁGRAFO SEGUNDO – As eventuais diferenças entre os antigos e os novos valores, referentes ao mês de Abril/2014, poderão ser somadas ao valor do mês de Maio/2014 e pagas no vencimento desse.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VALE TRANSPORTE DOS FUNCIONÁRIOS

Quando da concessão dos **Vale Transportes**, as empresas poderão efetuar o seu pagamento em espécie, no valor equivalente à passagem do dia, podendo o pagamento se dar de forma semanal, quinzenal ou mensal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de haver reajuste de passagens, e optando a empresa pelo pagamento em espécie, deverá essa, quando for o caso, proceder ao respectivo complemento;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mesmo quando o pagamento se der em espécie, será descontado o percentual legal, sendo que os valores pagos não integrarão os salários, para quaisquer efeitos legais, pois, indispensáveis à prestação dos serviços;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Entende-se que a base de cálculo para desconto do vale transporte compreenderá a remuneração fixa, sendo que no caso do Comissionista Puro a base de cálculo será o valor da garantia mínima prevista na CLÁUSULA TERCEIRA;

PARÁGRAFO QUARTO – As empresas que funcionem após as 22h fornecerão transporte aos seus funcionários que deixarem o trabalho em horário em que não exista transporte

público regular.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

As empresas ficam obrigadas a contratar, às suas expensas, **Seguro de Vida em Grupo** em favor de todos seus atuais funcionários, a ser pago ao(s) dependente(s) legal(ais) do funcionário beneficiário do seguro, contemplando o seguinte:

| Tipo | Valor |
|-------------------------------------|-------------------------------------------|
| Falecimento (Morte qualquer causa) | R\$14.000,00 (Quatorze mil reais) |
| Invalidez Permanente (Por acidente) | R\$14.000,00 (Quatorze mil reais) |
| Auxílio Funeral | R\$2.900,00 (Dois mil e novecentos reais) |

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Será fornecida a 1 (Um) representante dos dependentes legais nos 6 (Seis) meses subsequentes, contados do falecimento do funcionário beneficiário, 1 (Uma) Cesta Básica de Alimentos, nos moldes do PARÁGRAFO SEGUNDO da CLÁUSULA DÉCIMA;

PARÁGRAFO SEGUNDO – A cobertura do seguro, para efeitos legais, perdurará somente no período que o funcionário estiver laborando na empresa, não prevalecendo, portanto, depois da rescisão contratual e bem assim, após a vigência da presente CCT;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em caso de não contratação do Seguro de Vida em Grupo, a empresa ficará obrigada a indenizar o(s) dependente(s) legal(ais) do funcionário nas condições previstas no caput e Parágrafos dessa Cláusula.

Contrato de Trabalho □ Admissão, Demissão, Modalidades

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Se no curso do aviso prévio, qualquer que seja o comunicante, o funcionário conseguir novo emprego, a empresa o dispensará do cumprimento do mesmo, desonerando as partes do respectivo pagamento, ficando estipulado o prazo de 5 (Cinco) dias para a apresentação do comprovante ou declaração da nova contratação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em decorrência da publicação da Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, será considerado, para cálculo do aviso prévio, somente os anos inteiramente trabalhados, sendo desconsiderada a parte fracionária. Assim, no primeiro ano trabalhado, o aviso prévio será de 30 dias e, a partir do segundo ano inteiramente trabalhado na mesma empresa, passará a ser acrescido 3 dias por ano, até o limite máximo de 60 dias de

acréscimo, sendo ele cumprido ou indenizado, tanto pela empresa quanto pelo empregado.

Relações de Trabalho □ Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Geral

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GARANTIA DE EMPREGO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – À funcionária gestante será garantido o emprego até 60 (Sessenta) dias após o término da licença-maternidade;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Aos funcionários afastados do trabalho por motivo de doença, percebendo o benefício previdenciário respectivo por no mínimo 30 (Trinta) dias corridos, serão garantidos emprego e salários a partir da comunicação de sua alta ou cessação do benefício até 45 (Quarenta e cinco) dias após;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica assegurada a estabilidade ao funcionário que prestar serviço militar, a partir da data da incorporação e até 45 (Quarenta e cinco) dias após o retorno ao emprego, que deverá se dar, no máximo, em 30 (Trinta) dias após a baixa;

PARÁGRAFO QUARTO – Excetuam-se das garantias desta cláusula, as hipóteses de justa causa ou acordo entre as partes, sendo esta última devidamente assistida pelo SINDECAT/DF

PARÁGRAFO QUINTO – No caso de acidente de trabalho fica a empresa obrigada a preencher o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT).

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CARGA E DESCARGA DE CAMINHÕES

As empresas ficam proibidas de utilizar seus funcionários Vendedores nos serviços de carga e descarga de caminhões.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - VIAGENS

As empresas que, em função dos serviços em localidades fora do Distrito Federal, tiverem que deslocar seus funcionários ficarão obrigadas a cobrir despesas de viagem e estadia, necessárias ao cumprimento dos seus respectivos serviços.

Jornada de Trabalho □ Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DE TRABALHO

Estipulação da jornada semanal em 44 (Quarenta e quatro) horas para os funcionários que não sejam Operadores de Caixa ou Vigias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO DURANTE A COPA DO MUNDO FIFA'2014

Os funcionários das empresas abrangidas pela presente Convenção, durante a Copa do Mundo Fifa 2014, nos dias de jogos da seleção brasileira de futebol, terão as seguintes condições:

I – Jornada de trabalho que termine até o encerramento dos jogos: serão dispensados do serviço até 1 (Uma) hora antes do início das partidas;

II – Jornada de trabalho que se inicie durante os jogos: deverão se apresentar para o serviço até 1 (Uma) hora após o término das partidas;

III – Jornada de trabalho que transcorra após o encerramento dos jogos: terão local adequado e TV propiciados pelas empresas.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DIA DO EVANGÉLICO

O feriado do “Dia do Evangélico”, criado através da Lei Distrital nº 893/1995 e comemorado anualmente em 30 de novembro, será substituído pela segunda feira de Carnaval.

PARÁGRAFO ÚNICO – No período das festas carnavalescas, as empresas dispensarão do trabalho seus funcionários no Domingo, na Segunda Feira e na Terça Feira durante todo o expediente e, na Quarta Feira, até às 13h.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - BANCO DE HORAS (LEI Nº 9.601/98 E MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.709/98)

As horas trabalhadas em um dia poderão ser compensadas com folgas em outro, desde que a compensação ocorra dentro dos 12 (Doze) meses subsequentes à sua prestação, e a jornada diária não exceda as 10 (Dez) horas. Os dias das folgas compensatórias serão negociados entre empresa e funcionário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As empresas que trabalharem com o sistema de Banco de Horas deverão firmar **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, com assistência, nas condições previstas nesta Convenção Coletiva;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando da rescisão do contrato de trabalho, se houver saldo de horas não compensadas, a empresa pagará as horas extras no ato da homologação da rescisão;

PARÁGRAFO TERCEIRO – No final do prazo de concessão do Banco de Horas, o saldo de horas extras não compensado será pago com o respectivo adicional previsto na presente Convenção Coletiva de Trabalho;

PARÁGRAFO QUARTO – O Banco de Horas terá duração enquanto vigorar a presente Convenção Coletiva de Trabalho, independentemente da data de início de sua vigência;

PARÁGRAFO QUINTO – A jornada de trabalho do vigia poderá ser na escala 12x36 (Doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso), e, devido à compensação natural, essa jornada não dará ensejo à percepção de horas extras;

PARÁGRAFO SEXTO – As 2 (Duas) horas de trabalho, excedentes da jornada normal, serão remuneradas com o adicional de 50% (Cinquenta inteiros por cento), e as horas subsequentes com o adicional de 100% (Cem inteiros por cento);

PARÁGRAFO SÉTIMO – Nenhuma empresa poderá utilizar-se do Banco de Horas sem acordo com o **SINDECAT/DF**;

PARÁGRAFO OITAVO – A empresa interessada em usufruir do Banco de Horas deverá encaminhar Requerimento ao **SINDIATACADISTA/DF**, podendo este ser firmado por setores específicos;

PARÁGRAFO NONO – Para cada empresa solicitante, o **SINDECAT/DF** terá o prazo de 15 (Quinze) dias, a contar da data do protocolo do Ofício encaminhado pelo **SINDIATACADISTA/DF**, para implantação do Banco de Horas;

PARÁGRAFO DÉCIMO – Transcorrido esse prazo sem as devidas providências, o Banco de Horas fica automaticamente autorizado.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO DO VIGIA

As empresas que possuírem **Vigias** em seus quadros poderão diversificar a escala de trabalho destes, com a adoção de horário de revezamento, plantão ou intermitente, além do sistema de 12x36 (Doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os funcionários que cumprem a jornada de trabalho de 12x36

(Doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso), não farão jus a hora extraordinária em razão desta jornada, tendo em vista a natural compensação pela inexistência de trabalho nas 36 horas seguintes, não havendo diferenciação entre horário diurno e horário noturno, salvo, quanto ao adicional noturno;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O SINDECAT/DF assume o compromisso de não patrocinar ou dar qualquer assistência, em qualquer demanda judicial ou administrativa objetivando o pagamento de horas extras, quando observada a jornada de trabalho de 12x36 (Doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso), uma vez que expressamente reconhece e afirma a conveniência da CLÁUSULA e a considera de interesse, conforme decidido em Assembleia Geral da Categoria.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ABONO DE FALTAS EM DIAS DE PROVAS

Fica assegurado ao funcionário estudante, nos dias de provas escolares, ENEM e vestibulares, que coincidam com o seu horário de trabalho, o abono do tempo necessário à realização das provas e locomoção, desde que pré-avisada a empresa, com antecedência mínima de 24 (Vinte e quatro horas) e, no prazo de 5 (Cinco) dias, comprovado o comparecimento às provas, por documento fornecido pelo estabelecimento de ensino.

Sobreaviso

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FREQUÊNCIA OBRIGATÓRIA ÀS REUNIÕES

As reuniões de trabalho de comparecimento obrigatório, a que forem convocados os funcionários, serão realizadas durante o expediente normal e, se ultrapassarem estas o horário normal de trabalho, serão remuneradas as horas excedentes como serviço extraordinário, por representarem tempo à disposição da empresa.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO NOS DIAS DE DOMINGO E FERIADO

Considerando que o art. 611 da CLT prevê, expressamente, que a Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, onde são estipuladas as condições aplicáveis às relações individuais de trabalho;

Considerando, a necessidade de regulamentar o trabalho dos Funcionários nos Domingos e feriados, uma vez que autorizado pela Lei nº 10.101/2000, os Sindicatos convenientes fixam as

condições para esse trabalho nos seguintes termos:

I – O trabalho aos domingos e feriados se necessário, só será realizado mediante acordo com o **SINDECAT/DF** e **SINDIATACADISTA/DF**

II – O salário ou comissão do dia será remunerado com **50% (Cinquenta inteiros por cento)** de acréscimo.

III – O trabalho realizado pelo funcionário nos dias de Domingo e feriado não poderá ultrapassar a **6 (Seis)** horas corridas;

IV – Cada **1 (Uma)** hora trabalhada nos dias de Domingo e feriado corresponderá à **1 (Uma) hora e 20 (Vinte) minutos**, de modo que a jornada de **6 (Seis) horas** corresponda a **8 (Oito) horas**;

V – O Funcionário que laborar em um Domingo, necessariamente, terá folga no Domingo subsequente, sendo vedado o trabalho em **2 (Dois)** Domingos consecutivos;

VI – Ocorrendo infringência ao item anterior, o trabalho realizado no Domingo subsequente será considerado como jornada extra, sendo remunerado na forma do item VII;

VII – A hora extra do trabalho no Domingo e feriado será remunerada com adicional de **150% (Cento e cinquenta inteiros por cento)** do valor da hora normal;

VIII – O Funcionário que for trabalhar no Domingo e feriado terá direito ao Repouso Semanal Remunerado no curso da semana que anteceder o trabalho neste dia;

IX – Vale transporte gratuito ou passagem de ônibus sendo vedado o desconto;

X – A empresa fornecerá almoço ou o Vale Alimentação, expresso na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, para o funcionário que venha a trabalhar nesses dias.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - FÉRIAS PARA CASAMENTO

Fica facultado ao funcionário gozar suas férias em período coincidente com a época de seu casamento, desde que comunique a empresa com antecedência mínima de 60 (Sessenta) dias e que o evento não se dê em período de picos de venda da empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica garantida a licença remunerada de 5 (Cinco) dias consecutivos após o casamento.

Saúde e Segurança do Trabalhador
Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - VESTIÁRIOS

As empresas em que a atividade exija troca de roupas no local de trabalho, ou em que seja exigido o uso de uniformes ou guarda-pó, terão local apropriado para vestiário, dotado de armários individuais, com chave privativa, e que somente poderão ser abertos pela empresa na presença do respectivo usuário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nas atividades em que não haja exigência de troca de roupas no local de trabalho, não será o vestiário exigido, bastando que a empresa proporcione gavetas, escaninhos ou cabides em que possa os funcionários guardar ou pendurar roupas ou pertences de seu uso, respeitado a individualidade de utilização;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os funcionários não poderão recusar, quando solicitado pela empresa, a abrir os armários individuais, gavetas ou escaninhos proporcionados ao seu uso, conforme caput dessa Cláusula, quanto ao seu uso correto e adequadas condições de higiene e limpeza;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica proibida a revista dos funcionários por pessoas de sexo oposto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ASSENTOS

As empresas colocarão assentos para os funcionários que habitualmente trabalham em pé no atendimento ao público.

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORMES

Os funcionários receberão uniformes gratuitos, quando de uso obrigatório, ressalvado o direito das empresas à indenização por extravio ou inutilização dolosa pelo funcionário, bem como a devolução do mesmo ao final do contrato de trabalho, quando fornecido a menos de 6 (Seis) meses.

Exames Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Reconhecimento por parte das empresas de atestados médicos e odontológicos, passados

por facultativos do SINDECAT/DF e SESC, desde que credenciados pelo INSS, exceto quando as empresas oferecerem assistência médica aos seus funcionários, ainda que através de convênio, quando somente serão aceitos os atestados passados por médicos a elas conveniados, sendo que as empresas com mais de 150 (Cento e cinquenta) funcionários ficam obrigadas à contratação de médico do trabalho/coordenador, de acordo com a Portaria de nº 8/1996, de 8/5/1996 da Secretaria de Saúde do Ministério do Trabalho – SSMT, combinando com a Portaria de nº 865/1995 do Ministério do Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os atestados admissional, demissional, periódico e de mudança de função serão custeados pela empresa, conforme prevê a NR 7 – PCMSO;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os atestados médicos e odontológicos superiores a 5 dias deverão ser entregues à empresa em até 72 (Setenta e duas) horas, contadas da data de afastamento do funcionário. Transcorrido esse período sem a devida entrega do atestado, a empresa poderá proceder ao desconto dos dias não trabalhados.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - FREQUÊNCIA DO DIRIGENTE SINDICAL

As empresas concederão a frequência livre dos dirigentes sindicais para atenderem a realização de assembléias, reuniões e trabalhos sindicais devidamente convocados pelo **SINDECAT/DF** sem prejuízo da remuneração, que será paga pela empresa, desde que avisado com antecedência de 48 (Quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ACESSO PARA DIVULGAÇÃO E SINDICALIZAÇÃO

As empresas permitirão o livre acesso de membros credenciados do **SINDECAT/DF**, junto a todos os estabelecimentos atacadistas do DF, para sindicalização e divulgação aos funcionários, dos benefícios e serviços disponíveis à categoria.

PARÁGRAFO ÚNICO – As empresas, no ato da contratação de novos funcionários, disponibilizarão fichas de sindicalização do **SINDECAT/DF**, a serem fornecidas pelo mesmo.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS FUNCIONÁRIOS

- Considerando que a sentença judicial em sede de Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público do Trabalho, obrigou a **SUSPENSÃO** da efetividade da cláusula relativa à cobrança da Contribuição Assistencial aos empregados não sindicalizados ao **SINDECAT/DF**;

- Considerando que dessa decisão foi interposto Recurso Ordinário, a sua

validade quanto a cobrança da Contribuição Assistencial aos empregados não sindicalizados ao SINDECAT/DF dependerá do trânsito em julgado da decisão final do Processo nº 001/2013, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF;

- Considerando que o disposto no art. 8º, inciso III e IV da Constituição Federal determina que a Contribuição Assistencial é destinada ao custeio do Sistema Confederativo da representação sindical respectiva;

- Considerando os determinantes legais previstos no art. 513, letra “e” da Consolidação das Leis do Trabalho, que dentre outros registra:

“são prerrogativas dos sindicatos

(...)

impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais”;

- Considerando que não foram revogados os Diplomas Legais supra referidos, que autorizam EXPRESSAMENTE a cobrança;

- Considerando o recente posicionamento do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, tratando a respeito e defendendo a legalidade da cobrança da Contribuição Assistencial a todos os integrantes da categoria profissional, sob pena de inviabilizar os serviços oferecidos pelos sindicatos e negados pelo Estado Brasileiro

Estabelece:

Conforme soberanamente deliberado na Assembleia Geral da categoria, realizada no dia 14 de março de 2014, a fim de garantir o custeio da luta sindical, as empresas descontarão a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL da remuneração de todos os seus FUNCIONÁRIOS SINDICALIZADOS que sejam beneficiados por esta Convenção Coletiva de Trabalho, em favor do SINDECAT/DF, para ampliação da assistência prestada e desenvolvimento patrimonial, conforme tabela a seguir:

| Nº | Mês de Desconto | % de Desconto | | Recolhimento |
|----|-----------------|---------------|----------------------------------------------|---------------------|
| 1 | Julho/2014 | 2,00% | (Dois inteiros por cento) | 5º dia mês seguinte |
| 2 | Agosto/2014 | 2,00% | (Dois inteiros por cento) | 5º dia mês seguinte |
| 3 | Dezembro/2014 | 2,15% | (Dois inteiros e quinze centésimo por cento) | 5º dia mês seguinte |

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Subordina-se o presente Desconto Assistencial, à não oposição do funcionário manifestada pessoal e individualmente perante o SINDECAT/DF, com carta manuscrita em 2 (Duas) vias, no prazo de até 15 (Quinze) dias após a homologação da presente Convenção Coletiva de Trabalho pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Suspensos os efeitos dos Parágrafos Segundo e Terceiro seguintes, considerando a sentença judicial em sede de Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público do Trabalho e, considerando ainda que dessa decisão foi interposto Recurso Ordinário, a sua validade quanto a cobrança da Contribuição Assistencial aos empregados não sindicalizados ao SINDECAT/DF

dependerá do trânsito em julgado da decisão final do Processo nº 001/2013, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica assegurado ao **SINDECAT/DF**, que havendo oposição por parte dos funcionários, as empresas pagarão os valores relativos ao desconto não efetuado de 50% (Cinquenta inteiros por cento) dos opositores;

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento pelas empresas mencionadas no parágrafo anterior ocorrerá no prazo de 10 (Dez) dias, após o envio pelo **SINDECAT/DF**, das relações dos nomes dos funcionários oponentes;

PARÁGRAFO QUARTO – Os valores estabelecidos nesta cláusula serão pagos através de boletos disponibilizados pelo **SINDECAT/DF**;

PARÁGRAFO QUINTO – Após efetuar e recolher os descontos referidos nesta cláusula, no prazo estabelecido, as empresas enviarão ao **SINDECAT/DF**, no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, contados a partir do desconto, a cópia da guia da Contribuição Assistencial correspondente, acompanhada de relação nominal dos funcionários com os respectivos valores;

PARÁGRAFO SEXTO – O descumprimento desta cláusula, bem como o total descontado e não recolhido no prazo, será corrigido pelo INPC do mês anterior, acrescido de multa de 2% (Dois inteiros por cento) sobre o total a ser recolhido.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MENSALIDADE

As empresas descontarão em Folha de Pagamento as mensalidades devidas ao sindicato laboral, nos termos do art. 545 da CLT, e repassará referidos valores, no prazo de até 10 (Dez) dias, através de boleto bancário ou diretamente na tesouraria da entidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA DAS EMPRESAS

Conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 28 de novembro de 2013, e, de acordo com o dispositivo do art. 8º inciso IV da CF, as empresas integrantes das categorias referidas no preâmbulo, associadas ou não ao **SINDIATACADISTA/DF**, recolherão mediante guia própria, a CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA, conforme estabelecido na seguinte tabela:

| TABELA DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA DO | |
|------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| SINDIATACADISTA/DF 2015 | |
| Nº Funcionários | Valor a Recolher |
| Nenhum funcionário | R\$158,38 (Cento e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos) |
| De 1 a 3 | R\$211,17 (Duzentos e onze reais e dezessete centavos) |
| De 4 a 7 | R\$316,75 (Trezentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos) |

| | | |
|--------------|-------------|-----------------------------------------------------------------------|
| | | centavos) |
| De 8 a 11 | R\$380,10 | (Trezentos e oitenta reais e dez centavos) |
| De 12 a 30 | R\$527,92 | (Quinhentos e vinte e sete reais e noventa e dois centavos) |
| De 31 a 60 | R\$770,76 | (Setecentos e setenta reais e setenta e seis centavos) |
| De 61 a 100 | R\$1.161,42 | (Um mil cento e sessenta e um reais e quarenta e dois centavos) |
| De 101 a 250 | R\$1.689,34 | (Um mil seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos) |
| Acima de 250 | R\$2.534,01 | (Dois mil quinhentos e trinta e quatro reais e um centavo) |

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento deverá ser efetuado na data de 31 de março de 2015;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica estipulado que o mínimo a ser recolhido por empresa será o equivalente a contribuição mínima de R\$158,38 (Cento e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos);

PARÁGRAFO TERCEIRO – O atraso no pagamento da contribuição mencionada acarretará multa de 2% (Dois inteiros por cento) sobre o valor da contribuição, mais juros de 1% (Um inteiro por cento) ao mês, por mês de atraso.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - PRAZO PARA HOMOLOGAÇÕES DAS RESCISÕES DE CONTRATO

Quando da demissão do funcionário as empresas homologarão no **SINDECAT/DF** a rescisão do contrato de trabalho, até o 10º (Décimo) dia, contado da data da comunicação do despedimento, sob pena da multa do parágrafo 8º do art. 477 da CLT, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- a) Recusar-se o funcionário a assinar a comunicação prévia da data, hora e local da homologação;
- b) Assinada, deixar de comparecer ao ato;
- c) Comparecendo a empresa, não se realizar a homologação por motivos alheios a sua vontade. Nessa hipótese deverá, necessariamente, o **SINDECAT/DF** atestar o comparecimento do mesmo no Termo de Rescisão;
- d) Quando o 10º (Décimo) dia coincidir com Feriado, Sábado ou o Domingo, a homologação terá que ser feita no 1º (Primeiro) dia útil subsequente;
- e) Obrigatoriedade das empresas aceitarem ressalvas no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, quando solicitado pelos funcionários, conforme precedente 330 do TST;
- f) Todas as rescisões de funcionários que tenham na empresa mais de **7 (Sete)** meses serão, obrigatoriamente, homologadas no **SINDECAT/DF**.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DOCUMENTOS QUE DEVEM SER APRESENTADOS NO

ATO DA HOMOLOGAÇÃO DO TRCT

No ato da homologação, as empresas apresentarão os seguintes documentos:

- 1) Cheque administrativo ou dinheiro;
- 2) CTPS baixada e atualizada;
- 3) Livro de registro de empregados ou ficha financeira;
- 4) Extrato do FGTS atualizado;
- 5) Carta de preposto ou procuração;
- 6) Termo de Homologação de Rescisão de Contrato de Trabalho em 4 (Quatro) vias;
- 7) TRCT – Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho em 4 (Quatro) vias;
- 8) Guia do Seguro Desemprego;
- 9) Aviso prévio em 2 (Duas) vias;
- 10) Atestado demissional em 2 (Duas) vias;
- 11) Guia de recolhimento da Multa Rescisória do FGTS em 3 (Três) vias;
- 12) RSC – Relação de Salários e Contribuições
- 13) Contribuições sindicais devidas ao **SINDECAT/DF** e **SINDIATACADISTA/DF**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ao empregado demitido sem justa causa ou a pedido, será fornecida uma Carta de Referência;

PARÁGRAFO SEGUNDO – A não apresentação da documentação citada no item 15 do caput dessa Cláusula, implicará em multa diária a ser paga pela empresa correspondente a 1/30 do valor do salário de ingresso, fixado na CLÁUSULA TERCEIRA, sendo que esta reverterá em favor das entidades patronal e laboral;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não poderá, entretanto, o **SINDECAT/DF** recusar-se a efetuar a competente homologação. Caso o empregador não apresente os comprovantes das guias devidamente quitadas no ato da homologação, lhe será concedido prazo de **5 (Cinco)** dias, após o qual incidirá a multa estabelecida no parágrafo anterior, até a data da apresentação ou pagamento se for o caso;

PARÁGRAFO QUARTO – Os valores correspondentes às multas devidas ao **SINDIATACADISTA/DF** e **SINDECAT/DF** deverão ser recolhidos nas tesourarias dos mesmos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - QUADRO DE AVISOS

As empresas com mais de 50 (Cinquenta) funcionários se comprometem a afixar em seus estabelecimentos quadros de avisos, informações de interesse dos funcionários e procedentes do Sindicato Profissional, desde que não contenham a divulgação de matérias política partidária, conceitos ou expressões injuriosas que indisponham os funcionários contra a empresa ou autoridades.

PARÁGRAFO ÚNICO – As empresas disponibilizarão local apropriado dentro de suas

dependências para que seja realizada sindicalização.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CCPI (COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA INTERSINDICAL)

Fica mantida a Comissão de Conciliação Prévia Intersindical instituída através de Termo Aditivo a CCT, vigente em 1º/2/2002, correndo as despesas financeiras com sua manutenção exclusivamente por conta do SINDIATACADISTA/DF.

PARÁGRAGO PRIMEIRO – Fica fixado em R\$500,00 (Quinhentos reais) o valor da Taxa de Custeio, a ser paga pelas empresas, por audiência realizada;

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas associadas ao SINDIATACADISTA/DF que estiverem adimplentes com suas Contribuições Associativa, Confederativa e Sindical estarão isentas da Taxa de Custeio citada no parágrafo anterior.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - PREVALÊNCIA DE CONDIÇÕES

As cláusulas estabelecidas no presente instrumento normativo não prevalecerão nos casos de condições mais favoráveis, concedidas espontaneamente pelas empresas ou em lei a seus funcionários, mantidas, pois, as vantagens desta sobre aquelas.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - MULTA

Fica estipulada multa equivalente a 1 (**Uma**) vez o salário normativo de ingresso pelo descumprimento de qualquer uma das cláusulas aqui celebradas por funcionário prejudicado e em seu favor.

ROBERTO GOMIDE CASTANHEIRA
Vice-Presidente
SINDICATO DO COMERCIO ATACADISTA DO DISTRITO FEDERAL

PAULO HERNESTO DOS SANTOS

Presidente
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO ATACADISTA DO DISTRITO FEDERAL